

**CPA**  
Comissão Própria  
de Avaliação



**PUC**  
**GOIÁS**

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA PONTIFÍCIA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
TRIÊNIO 2021, 2022 E 2023**

GOIÂNIA, 2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA PONTIFÍCIA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
TRIÊNIO 2021, 2022 E 2023**

Projeto de autoavaliação institucional para o triênio 2021-2023 da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação, abrangendo os cinco eixos do Sinais.

GOIÂNIA, 2021

## **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA**

### **PRESIDENTE**

Dom Washington Cruz, CP

### **VICE-PRESIDENTE**

Dom Levi Bonatto

### **SECRETÁRIO GERAL**

Prof. Wolmir Therezio Amado

## **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

### **GRÃO-CHANCELER**

Dom Washington Cruz, CP

### **REITORA**

Profa Olga Izilda Ronchi

### **PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Profa Sonia Margarida Gomes Sousa

### **PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E APOIO ESTUDANTIL**

Profa Márcia de Alencar Santana

### **PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Profa Milca Severino Pereira

### **PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Profa Helenisa Maria Gomes de Oliveira Neto

### **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Daniel Rodrigues Barbosa

### **PRÓ-REITOR DE COMUNICAÇÃO**

Prof. Eduardo Rodrigues da Silva

### **PRÓ-REITOR DE SAÚDE**

Profa. Irani Ribeiro de Moura

### **CHEFE DE GABINETE**

Prof. Lorenzo Lago

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO -  
COORDENAÇÃO:**

Prof. Antônio Evaldo Oliveira

**Integrantes da CPA, Grupo de Sistematização e Elaboração do Relatório:**

Altair Júnio Iduino do Nascimento

Anderson Rodrigues Neves

Ary Rodrigues de Bessa

Carla Cristina Silva de Oliveira

Darlan Tavares Feitosa

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Fabíola Guimarães Auad Ferreira Lima

Jéssika Said Miranda

Luciana Alves Antônio Machado

Michel Afif Magul

Odiones de Fátima Borba

Sabrina Moreira de Moraes Oliveira

Victoria Carolinne Alves Luiz

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1: distribuição dos eixos avaliativos por ano, 2021, 2022 e 2023.....</b>	<b>23</b>
<b>Quadro 2: distribuição e procedimentos da avaliação institucional .....</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 3: plano de ação CPA 2021 .....</b>	<b>30</b>
<b>Quadro 4: plano de ação CPA 2022 .....</b>	<b>31</b>

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	7
1 OBJETIVOS .....	10
1.1 OBJETIVO GERAL .....	10
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO E ORDENAMENTO LEGAL .....	12
3 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA).....	17
3.1 Atribuições da CPA .....	18
4 METODOLOGIA.....	23
REFERÊNCIAS.....	34

## INTRODUÇÃO

O Projeto de Autoavaliação Institucional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, para o ciclo avaliativo de 2021, 2022 e 2023 visa planejar as ações de avaliação interna e a análise das avaliações externas, em consonância com que determina o artigo 2º da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): “contempla a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidade social” da Instituição e de seus cursos (BRASIL, 2004).

Conforme prevê o Art. 11 da referida Lei, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável por “conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”.

A CPA da PUC Goiás é responsável por coordenar, articular e sistematizar a autoavaliação; promover a cultura da avaliação junto à comunidade acadêmica; participar das avaliações *in loco*, promovidas pelo MEC/INEP; e organizar os dados das diversas ações de autoavaliação desenvolvidas para elaborar o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Compete, também, à CPA prestar as informações colhidas nos processos avaliativos à gestão superior, a fim de colaborar com o planejamento acadêmico-administrativo, visando à contínua melhoria e à expansão dos serviços educacionais.

O processo de autoavaliação envolve toda a comunidade acadêmica no diagnóstico das fragilidades e das potencialidades no que se refere às ações que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, a CPA tem por princípio, desenvolver uma avaliação emancipatória, diagnóstica e transparente, considerando os 5 eixos avaliativos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

O Projeto de Avaliação Institucional referente ao ciclo 2021 a 2023 distribui as ações avaliativas ao longo desse período, de forma que os 5 eixos do Sinaes sejam devidamente contemplados. As políticas para o ensino,

pesquisa, extensão e a infraestrutura são avaliados com maior periodicidade, em razão de se constituírem dimensões que demandam acompanhamento cotidiano.

Os resultados da autoavaliação do ensino de graduação, da pós-graduação e das ações de extensão conjuntamente aos da avaliação externa, são utilizados na elaboração dos planos de ação das respectivas Pró-Reitorias. Esses dados, também, subsidiam as ações de gestão no âmbito das escolas e dos cursos, orientando a revisão do Projeto Pedagógico das Escolas – PPE, do Projeto Pedagógico dos cursos e a elaboração do Plano de Trabalho dos gestores, tendo em vista a gestão pedagógico-administrativa na qualificação do processo ensino-aprendizagem.

Além da autoavaliação com a participação da comunidade acadêmica, a CPA acompanha os processos de avaliação externa promovidas pelo INEP nas visitas *in loco* para reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos e o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade).

O ano letivo 2020 foi impactado pelas medidas de isolamento social, fundamentais para conter e expansão e diminuir o contágio do Novo Coronavírus, no Brasil. Essa situação perdura em 2021 e 2022. A PUC Goiás seguiu, rigorosamente, as orientações das autoridades sanitárias e governamentais e instituiu o Regime Letivo Remoto Letivo Extraordinário, a fim de garantir a continuidade das atividades acadêmicas - ensino, pesquisa e extensão -, no contexto do isolamento social. Para tanto, a Instituição disponibilizou as ferramentas tecnológicas e a formação necessária para possibilitar boas condições de ensino por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). A Comissão Própria de Avaliação imbuída de sua função de avaliar e sistematizar os dados da autoavaliação institucional, em 2020, acompanhou e colaborou com todos os processos, adaptando o Projeto de Autoavaliação Institucional às demandas emergentes.

Para o ano de 2021, em razão da continuidade do Regime Letivo Remoto Extraordinário, as ações de avaliação foram direcionadas para este contexto.

Outro fator a ser observado na autoavaliação 2021/2023, é a reorganização administrativa da Instituição em cinco Escolas: Escola de

Ciências Sociais e da Saúde; Escola de Direito, Negócios e Comunicação; Escola de Ciências Médicas e da Vida; Escola Formação de Professores e Humanidades; e Escola Politécnica.

Em razão da nova estrutura acadêmico-administrativa, a Instituição planeja as seguintes alterações: revisão do papel das coordenações e dos colegiados de curso; promoção da integração, da interdisciplinaridade e da colegialidade na construção e na gestão dos projetos pedagógicos; cooperação entre cursos de áreas afins; qualificação dos colegiados e das coordenações de cursos, programas e institutos; ações que fortaleçam a indissociabilidade entre ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; divulgação da identidade das Unidades Acadêmicas; interlocução com a sociedade, comunicação nacional e internacional visando a cooperação entre IES e a mobilidade; eficiência e eficácia nos fluxos e rotinas acadêmico-administrativos; compartilhamento dos recursos e das infraestruturas acadêmicas, visando a sustentabilidade das Unidades.

A composição das novas Escolas e todas as mudanças daí advindas serão, devidamente, avaliadas pelas respectivas Pró-Reitorias e os dados coletados serão analisados pela CPA.

Neste escopo e na perspectiva de aperfeiçoar o processo de autoavaliação, visando dar maior visibilidade à CPA, é necessário aperfeiçoar alguns aspectos, quais sejam: melhorar a divulgação das ações implementadas, resultantes dos processos avaliativos; revisão dos instrumentos de avaliação; e sedimentar, cada vez mais, a cultura da avaliação institucional, entendida como meio para orientar a melhoria contínua das condições de oferta de ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

O Projeto de autoavaliação está assim organizado: inicialmente são apresentados os objetivos da autoavaliação na PUC Goiás; em seguida os marcos teóricos e legais que orientam a avaliação da educação superior no Brasil; posteriormente são apresentadas as origens, as atribuições e a composição da CPA da PUC Goiás; na sequência estão descritas as diferentes metodologias utilizadas nas ações de avaliação desenvolvida pelas Unidades Acadêmicas e, finalmente, um quadro síntese da distribuição e procedimentos da avaliação institucional nos três anos do ciclo avaliativo e considerando os cinco eixos do Sinaes, neste intervalo de tempo.

## 1 OBJETIVOS

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver a autoavaliação institucional, no triênio 2021/2022/2023, com vistas ao levantamento de informações e geração de dados para subsidiar o planejamento acadêmico e orientar das ações de melhoria contínuas da PUC Goiás.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Fortalecer a cultura da autoavaliação institucional na PUC Goiás;
- ✓ Realizar a avaliação e o acompanhamento da implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional quanto ao ensino (presencial e a distância; graduação e pós-graduação), à pesquisa e à extensão;
- ✓ Sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica para participação responsável nos processos avaliativos;
- ✓ Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação;
- ✓ Realizar estudos sistemáticos sobre o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação (presenciais e a distância) participantes do Enade;
- ✓ Dialogar e orientar as unidades acadêmicas e administrativas quanto à dinâmica da autoavaliação nos diferentes segmentos da Instituição;
- ✓ Avaliar as ações extensionistas realizadas pela Instituição junto à comunidade interna e externa;
- ✓ Verificar a percepção das ações de extensão a partir do público envolvido: professores, estudantes, pessoal técnico-administrativo e a comunidade atendida;
- ✓ Avaliar a articulação das ações de extensão com o ensino e a pesquisa.
- ✓ Identificar os meios e a efetivação da articulação da pós-graduação com a graduação;
- ✓ Acompanhar as avaliações dos Programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e sistematizar os dados para compor o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional;

- ✓ Avaliar os impactos da pesquisa no desenvolvimento científico-tecnológico e na promoção da inovação;
- ✓ Sistematizar os dados da autoavaliação, elaborar e encaminhar o relatório anual de autoavaliação institucional;
- ✓ Divulgar os resultados da autoavaliação à comunidade interna e externa, por meio do *link* da CPA na página da Instituição e nos veículos de comunicação interna;
- ✓ Orientar os coordenadores dos cursos para que socializem os resultados da avaliação de seus cursos, bem como as melhorias decorrentes desses processos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E ORDENAMENTO LEGAL

A Lei n. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estruturou a educação nacional e deu ênfase aos processos de avaliação, entendendo que é papel do Estado avaliar e regular o sistema federal de ensino, visando a melhoria da qualidade. A referida Lei determina em seu Art. 9º que

A União incumbir-se-á de

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

O Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 – referenda o papel da avaliação da Educação Superior. Na meta 13 está proposto o seguinte:

13.1) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2) ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;

13.3) induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

A avaliação da educação superior, portanto, tem papel fundamental entre as políticas educacionais, seja para a orientação de suas diretrizes mais amplas, seja para as ações concretas dos órgãos competentes do Ministério da Educação (MEC), quanto à avaliação, regulação e supervisão.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece os princípios

fundamentais para garantia da qualidade da educação superior, com vistas a destacar o compromisso e responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Segundo os referenciais do MEC/INEP (2004),

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

[...] A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2004, p. 2).

O Sinaes busca assegurar a integração das dimensões interna e externa, particular e global, somativa e formativa, quantitativa e qualitativa, com os diversos objetos e objetivos da avaliação. Para tanto, define que a avaliação se estruture em três componentes principais:

- Avaliação das Instituições de Educação Superior, desenvolvido em duas etapas principais: autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; e avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Conaes.
- Avaliação dos Cursos de Graduação – avaliação dos cursos de graduação, por meio de visitas *in loco* de comissões externas.
- Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade) – avaliação que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Sinaes define a avaliação como instrumento de política educacional, cujos resultados permitem ao governo estabelecer mecanismos

reguladores do sistema educativo, e, às instituições, criar estratégias de gestão, com vistas ao aperfeiçoamento permanente do Plano de Desenvolvimento Institucional, sustentado por princípios da gestão democrática e da autonomia. Esse aperfeiçoamento envolve não só a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, mas a relevância de seu significado quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos junto à comunidade. Nesse sentido, a avaliação é revestida de caráter ético, tanto em relação às exigências normativas do sistema, quanto pelo caráter da educação como bem público e da responsabilidade social da IES, a qual deve ser reconhecida pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral.

A autoavaliação constitui processo de autoconhecimento da Instituição, tem caráter formativo e objetiva avalia as condições de oferta dos cursos, mas, também, a atuação da Instituição junto à comunidade e seu comprometimento com a formação humana e o desenvolvimento regional. é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), de acordo com as diretrizes propostas da Portaria MEC n. 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes. A CPA é responsável pela autoavaliação institucional em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), envolvendo todos os atores que atuam na instituição.

O Projeto de Autoavaliação se norteia pelas seguintes diretrizes: definir os procedimentos de coleta de dados e informações; estabelecer as questões que contribuam com a elaboração e análise da Autoavaliação Institucional; desenvolver ações de autoavaliação institucional; sistematizar dados e elaborar o Relatório de Autoavaliação e subsidiar reflexões sobre os resultados das avaliações junto à gestão superior, potencializando o uso das informações colhidas para ações contínuas de melhoria da formação dos estudantes.

Ainda tomando como referência as orientações do INEP/MEC (2004), entende-se que a autoavaliação possibilita

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar

mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2004, p. 9).

As ações de avaliação são desenvolvidas considerando os referenciais de qualidade, propostos no Sinaes, bem como a missão e a visão institucional. Para tanto, o presente projeto propõe amplo diagnóstico, análise e discussão dos dados, a fim de sugerir ações para qualificar e aperfeiçoar a gestão do processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a autoavaliação institucional segue alguns princípios, a saber:

- O respeito à identidade, à missão e à história da Instituição, evidenciando seus valores, seus princípios e a relevância local, regional e nacional.
- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior - a avaliação deve dar suporte para que a Instituição possa adotar uma postura reflexiva e crítica quanto as condições de oferta de ensino, visando, sempre, trabalhar para formar pessoas comprometidas com o desenvolvimento sustentável da sociedade.
- A globalidade institucional - a avaliação deve utilizar um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica e sistêmica que permitam construir uma visão global da Instituição.
- O reconhecimento da diversidade - a avaliação deve considerar e respeitar as especificidades das dimensões avaliadas, sem perder de vista a complexidade e as especificidades de cada Unidade Acadêmica.
- A continuidade do processo avaliativo - a avaliação deve ser um processo formativo e permanente, visando à sua incorporação no cotidiano da Instituição, favorecendo o fortalecimento de uma cultura avaliativa que subsidie a tomada de decisão.
- A construção coletiva - a avaliação deve permitir a participação de toda a comunidade acadêmica na construção do processo avaliativo, estabelecendo uma relação de reciprocidade, cooperação e legitimidade.
- A visibilidade do processo - todas as etapas do processo avaliativo devem ser amplamente divulgadas e acordadas com os atores envolvidos.

- A credibilidade - a avaliação deve ser transparente e geradora de resultados, conduzida de modo que a comunidade acadêmica perceba a veracidade do processo e identifique as ações advindas da autoavaliação.
- O caráter pedagógico - a Instituição deve aprender com a avaliação; deve usar o processo avaliativo para potencializar melhorias, visando efetivar as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Instituição e nos Projetos Pedagógicos de Cursos.
- A construção da autonomia acadêmica e administrativa - a avaliação deve apresentar subsídios para viabilizar a construção da autonomia acadêmica e administrativa.

### **3 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUC Goiás está vinculada ao Gabinete da Reitoria, com autonomia no exercício de suas funções, na forma da Lei n. 10.861/2004 e tem como função conduzir os processos de avaliação interna da instituição, acompanhar a avaliação externa, sistematizar os dados e elaborar o relatório correspondente.

Nos termos do artigo 11 da Lei n. 10.861/2004, a CPA obedece às seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A forma de composição, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA constam em regulamento próprio.

A composição atual da CPA é a seguinte:

- Coordenador: Antônio Evaldo Oliveira.
- Representantes do corpo docente: Darlan Tavares Feitosa, Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Luciana Alves Antônio Machado e Sabrina Moreira de Moraes Oliveira.
- Representantes do corpo técnico-administrativo: Anderson Rodrigues Neves, Fabíola Guimarães Auad Ferreira Lima, Ary Rodrigues de Bessa, Jéssika Said Miranda, Carla Cristina Silva de Oliveira e Odiones de Fátima Borba.
- Representante do corpo discente: Victoria Carolinne Alves Luiz e Altair Júnio Iduino do Nascimento.
- Representante da comunidade externa: Michel Afif Magul.

### 3.1 Atribuições da CPA

- Acompanhar as ações de avaliação promovidas pelas Pró-Reitorias e organizar as informações para compor o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional.
- Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de autoavaliação institucional de cursos e de desempenho dos discentes.
- Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de autoavaliação, bem como analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à direção superior da PUC Goiás.
- Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos dos cursos.
- Formular propostas para a melhoria da qualidade do ensino, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de autoavaliação.
- Articular-se com as comissões próprias de avaliação das demais IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, bem como com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes, visando ao estabelecimento de ações e critérios comuns de avaliação, levando-se em consideração o perfil institucional da PUC Goiás.
- Divulgar os resultados da autoavaliação às comunidades interna e externa.
- Acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade.
- Sistematizar todos os relatórios das avaliações a que forem submetidas a Instituição – interna e externa - realizadas no ano corrente, como subsídios para elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional.

### 3.2 Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA

O relatório da CPA segue a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065 de 09 de outubro de 2014 – Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional e se estrutura da seguinte forma: introdução, ações de avaliação, desenvolvimento institucional, apresentação e análise dos dados (autoavaliação e avaliações externas), conclusão e referências.

A dinâmica da avaliação desenvolvida na PUC Goiás foi historicamente construída e está organizada como rotina de trabalho nas Pró-Reitorias, especialmente na Pró-Reitoria de Graduação - Prograd, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - Prope e Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil - Proex não sendo, portanto, centralizada na CPA.

A Prograd desenvolve as ações de avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação, infraestrutura, política de atendimento aos discentes, acessibilidade, acompanhamento de egressos, Projetos Pedagógicos de Curso, bem como analisa os relatórios de avaliações *in loco*, os dados do Enade, do Conceito Preliminar de Curso – CPC, Conceito de Curso - CC e Teste do Progresso. A avaliação da graduação é realizada semestralmente, com aplicação de questionários por meio eletrônico, envolvendo gestores dos cursos, professores e estudantes. Para avaliação dos cursos que irão fazer Enade, é realizado o grupo focal com representantes de estudantes, os quais expressam sua opinião quanto ao Projeto Pedagógico do curso, o corpo docente, os gestores do curso, a infraestrutura destinada ao curso e institucional, as condições de acessibilidade, entre outros. Além destes procedimentos de avaliação, são realizadas análises de todos os documentos referentes aos cursos de graduação: Projetos Pedagógicos de curso, Política de Acompanhamento de Egressos, Políticas de Acessibilidade e Projetos Pedagógicos das Escolas. Os colegiados fazem reuniões ordinárias e extraordinárias a fim de avaliação a rotina acadêmica e o NDE analisa as condições de implantação do Projeto Pedagógico do Curso. Todas as ações de avaliação integram o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – Prope avalia os programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e os cursos de Pós-Graduação *Lato*

*Sensu*, bem como os programas de iniciação científica, inovação e incubadora de empresas.

A dinâmica de autoavaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PGSS) ocorre por meio de reflexões colegiadas, buscando consolidar uma cultura de gestão sustentada pelo planejamento participativo em diferentes níveis com a atuação de gestores, docentes, discentes e funcionários administrativos avaliando todas as possibilidades e ações desenvolvidas, buscando os pontos positivos, as fragilidades e as proposições para melhorias.

Nesse contexto, esta dinâmica da autoavaliação nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGSS) proporciona não apenas qualidade da produção do conhecimento, que se efetiva nos espaços dos projetos, grupos e redes de pesquisas, nas atividades desenvolvidas no ensino e suas relações com a pesquisa e a extensão, como também refletem positivamente na formação de pessoal qualificado para atender as demandas da sociedade. Assumindo assim, o principal objetivo da autoavaliação que é o de formação e da aprendizagem.

O documento norteador do processo para a PGSS apresenta a sistematização da autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação proposto pelo GT da CAPES em 2019, além dos Documentos de Área de Avaliação e das Fichas de Avaliação dos PPGSS da DAV/CAPES.

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* são avaliados da seguinte forma:

- Ação específica – realizada pelo Programa de Qualidade que tem por objetivo acompanhar e avaliar a execução dos cursos, em contato direto com seus sujeitos (parceiros, coordenadores, professores e estudantes), realizando avaliações periódicas por meio de instrumentos próprios; e pelo Programa de Formação Continuada que busca identificar e suprir demandas de formação de coordenadores e professores.
- Ação global – realizada pela Coordenação de Pós-Graduação *Lato Sensu*, que acompanha e avalia todos os processos e serviços e realiza sistematicamente análises de indicadores de inteligência de mercado, por meio de métodos próprios. Criação de parcerias, convênios e cooperações técnicas; criação, desenvolvimento e implementação de programas com agentes externos que qualifiquem os serviços prestados

e implementem estratégias de inovação (Programa de Qualidade e Programa de Formação Continuada); revisão e elaboração de documentos institucionais.

O Processo de autoavaliação ocorre com a participação da equipe da PGLS, coordenadores dos cursos, parceiros interinstitucionais, professores, estudantes e funcionários.

As ações de avaliação das atividades de extensão são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (Proex), por meio de suas coordenações: Coordenação de Extensão (Codex); Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE); Coordenação de Arte e Cultura (CAC); Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais (CCE); Instituto Dom Fernando (IDF); Instituto Trópico do Subsumido (ITS) e Assessoria de Comunicação.

Cada coordenação e assessoria no processo de coleta das informações utilizaram instrumentos de avaliações específicos em cada ação realizada, com o apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a partir das orientações e normatizações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes - Lei n. 10.861/2004, Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - PUC Goiás - 2017-2027) e das orientações de documentos eclesiais que regulamentam a Educação Católica. O processo de sistematização e análise foram realizados pelas coordenações com o apoio do gabinete de assessoria da Proex.

As ações de avaliação foram organizadas à luz dos eixos e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): Eixo 2: Desenvolvimento Institucional: Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição. Eixo 3: Políticas Acadêmicas: Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e Dimensão 9: Política de atendimento aos discentes.

Os projetos de atividades de extensão, com vistas a contribuir com a formação acadêmica, focam em metodologias e estratégias de ensino aprendizagem; formação e capacitação docente; educação em direitos humanos; educação ambiental e sustentabilidade; desenvolvimento humano; educação em saúde; apoio estudantil e ações de responsabilidade social.

As ações de extensão são avaliadas por seus gestores, estudantes e professores participantes, assim organizados: objetivos da ação, metodologia, ações desenvolvidas e sujeitos participantes. A partir dos dados da avaliação são destacadas as potencialidades, identificadas as fragilidades, apresentadas as propostas de melhorias e descritas as ações de melhorias resultantes de processos avaliativos anteriores.

Ao final do ano letivo, a CPA sistematiza e analisa os resultados das avaliações desenvolvidas para compor o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional que é postado no Sistema *e-mec* em duas versões, considerando o ciclo avaliativo trienal: parcial e integral. As versões parciais contemplarão as informações e ações de avaliação relativas aos anos 2021 e 2022. A versão integral, a ser elaborada em 2023, contemplará a síntese dos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.

Conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065 de 09 de outubro de 2014, o cronograma de postagem do Relatório de Avaliação Institucional está assim organizado:

- até 31 de março de 2022 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2023 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2024 – relatório integral

## 4 METODOLOGIA

As ações de autoavaliação institucional estão distribuídas nos 3 anos correspondentes ao ciclo avaliativo de forma a contemplar os 5 eixos do Sinaes, assim organizados:

**Quadro 1: distribuição dos eixos avaliativos por ano, 2021, 2022 e 2023**

ANO	EIXOS AVALIATIVOS	RESPONSÁVEL
2021	<b>Eixo 3:</b> Políticas Acadêmicas <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão</li> <li>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes</li> </ul>	Prograd Proex Prope
	<b>Eixo 2:</b> Desenvolvimento Institucional <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional</li> </ul>	Gabinete da Reitoria CPA
	<b>Eixo 4:</b> Políticas de Gestão <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 5: Políticas de Pessoal</li> <li>Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</li> </ul>	Gabinete da Reitoria CPA
2022	<b>Eixo 1:</b> Planejamento e Avaliação Institucional <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 8: Planejamento e Avaliação</li> </ul>	CPA
	<b>Eixo 2:</b> Desenvolvimento Institucional <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional</li> <li>Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição</li> </ul>	Gabinete da Reitoria
	<b>Eixo 3:</b> Políticas Acadêmicas <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão</li> <li>Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade</li> </ul>	Prograd Prope Proex CPA
	<b>Eixo 5:</b> Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física e Tecnológica	Proad Prograd
2023	<b>Eixo 4:</b> Políticas de Gestão <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 5: Políticas de Pessoal</li> <li>Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</li> <li>Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira</li> </ul>	Prodin Proad
	<b>Eixo 3:</b> Políticas Acadêmicas <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão</li> </ul>	Prograd Prope Proex

Fonte: CPA, 2021

A distribuição dos eixos avaliativos nos 3 anos do ciclo atende a organização proposta pela CPA, com vistas a avaliar os 5 eixos e as dimensões correspondentes. A dimensão 2 do eixo 3 será avaliada em todos os anos do

ciclo avaliativo em função da dinâmica dos processos que a envolve e por constituir-se, essencialmente, da atividade fim.

A definição do instrumento de coleta de dados depende do universo a ser avaliado.

Os dados são coletados por meio dos seguintes instrumentos:

- Questionário *online*
- Grupos focais
- Análise documental (documentos institucionais, relatórios do ENADE e de comissões de avaliação *in loco*)
- Entrevistas padronizadas ou estruturadas
- Instrumento de avaliação do INEP para avaliação de curso e de avaliação institucional externa
- Instrumentos de avaliação da CAPES (Documentos e métricas das áreas de avaliação) voltados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*
- Análise dos relatórios avaliativos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* enviados a CAPES

A tabulação dos questionários é feita por meio de recursos computacionais que possibilitam a elaboração de índices e cálculos estatísticos, como por exemplo: tabelas, gráficos e quadros. Os dados qualitativos (grupo focal, documentos, entrevistas, relatórios) são analisados conforme os respectivos conteúdos, identificando as potencialidades, as fragilidades e as propostas de melhorias.

**Quadro 2: distribuição e procedimentos da avaliação institucional**

EIXO	DIMENSÕES	METODOLOGIA	ITENS PARA AVALIAR	SUJEITOS ENVOLVIDOS
3: Políticas Acadêmicas	2: Políticas para o Ensino	<p>Pesquisa quantitativa</p> <p>Pesquisa qualitativa</p> <p>Pesquisa documental</p>	<p><b>POLÍTICA DE ENSINO:</b></p> <p>Questionário com questões fechadas e abertas para avaliação do docente pelo discente, autoavaliação docente, avaliação da equipe gestora e técnico-administrativa de suporte ao curso (presenciais e a distância).</p> <p>Avaliação do corpo discente pelo colegiado por meio de análise do desempenho nas provas, frequência e participação no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Análise e revisão, pelo NDE, do Projeto Pedagógico do curso regulamentos de estágio e atividades complementares ou similares.</p> <p>Análise, pelo NDE, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem.</p> <p>Análise, pelo colegiado do curso, da prova aplicada no ENADE quanto ao conteúdo, grau de dificuldade e relação dos conteúdos cobrados com a proposta curricular do curso.</p> <p>Análise, pelo NDE, das condições de acessibilidade pedagógica.</p> <p>Articulação entre graduação e pós-graduação por meio de projetos cadastrados e desenvolvidos pelos Grupos de Pesquisa.</p> <p>Análise, revisão e atualizações dos projetos pedagógicos e dos documentos internos dos cursos visando atender as exigências emanadas pelos relatórios de avaliação e pelos documentos de área da Capes.</p> <p>Avaliação do Ambiente Virtual de Aprendizagem por parte dos estudantes, professores e professores tutores.</p> <p>Análise dos dados de acesso, frequência e desempenho dos estudantes dos cursos a distância, por meio dos relatórios gerados pelo AVA.</p>	<p>Gestores</p> <p>Professores</p> <p>Estudantes</p> <p>Técnico-administrativos</p>
	Política para a Pesquisa	<p>Pesquisa quantitativa</p> <p>Pesquisa documental</p>	<p>Síntese dos dados dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (cursos de mestrado e doutorado) (conceitos, índice de ingressante/concluintes, publicação científica, projetos de pesquisa em parcerias nacionais e internacionais, inserção e impacto social entre outros).</p> <p>Análise da relação graduação/pós-graduação por meio de levantamento de informações nos PPC, PPE e Relatórios de coleta de dados enviados a CAPES via Plataforma Sucupira.</p>	<p>PROPE</p>

		<p>Síntese de dados dos programas de iniciação científica.</p> <p>Existência e funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão de Ética em Uso de Animais (CEUA).</p> <p>Síntese de dados acerca do Cadastro de Grupos de Pesquisa credenciados no Diretório de Pesquisa do CNPq bem como dos Projetos de Pesquisa em andamento.</p>	
Política para a Extensão	Pesquisa quantitativa Pesquisa qualitativa	<p>Síntese de dados dos programas de extensão (descrição dos programas, público atingido, entre outros)</p> <p>Análise da relação da extensão com as atividades de ensino (NDE)</p>	PROEX
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	Pesquisa quantitativa	<p>Comunicação da IES com a comunidade <u>externa</u>, considerando os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros. Descrição dos meios de comunicação entre a Universidade e a comunidade.</p> <p>Comunicação da IES com a comunidade <u>interna</u>, considerando os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.</p> <p>Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente, considerando os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).</p>	Ouvidoria Divisão de Comunicação
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	Pesquisa quantitativa Pesquisa documental	<p>Levantamento dos projetos de atendimento ao discente (quais, quantos atendimentos, perfil do público atingido, entre outros).</p> <p>Atividades de monitoria.</p> <p>Atividades de nivelamento.</p> <p>Atividades de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados.</p> <p>Apoio psicopedagógico.</p> <p>Participação em centros acadêmicos.</p> <p>Participação em programas de mobilidade estudantil.</p> <p>Política e ações de acompanhamento de egressos</p>	PROEX, PROPE e PROGRAD

			<p>Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico, considerando os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.</p> <p>Apoio aos estudantes dos cursos a distância.</p>	
5: Infraestrutura Física	Infraestrutura Física (física e tecnológica)	Pesquisa descritiva Pesquisa documental	<p>Infraestrutura para CPA, considerando o atendimento às necessidades institucionais.</p> <p>Descrição das condições de instalação física dos espaços de aprendizagem: iluminação, climatização, recursos tecnológicos disponíveis, acessibilidade física.</p> <p>Descrição das condições de acessibilidade em espaços de circulação.</p> <p>Descrição das condições de manutenção, limpeza e acessibilidade de banheiros.</p> <p>Levantamento dos documentos de licença para funcionamento (corpo de bombeiros, prefeitura, vigilância sanitária).</p> <p>TIC: acessibilidade digital e comunicacional.</p> <p>Acesso dos estudantes dos cursos a distância aos recursos tecnológicos, aos laboratórios e bibliotecas.</p> <p>Identificação de espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral.</p> <p>Espaço de trabalho para o coordenador.</p> <p>Sala coletiva de professores.</p> <p>Sala de professores tutores.</p> <p>Biblioteca (acervo, condições de acessibilidade, informatização).</p> <p>Laboratórios didáticos.</p> <p>Biotério.</p> <p>Auditórios, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.</p> <p>Espaços para atendimento aos alunos, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.</p> <p>Espaços de convivência e de alimentação, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.</p>	PRODIN Gestores das Escolas

1: Planejamento e Avaliação	8: Planejamento e Avaliação	Pesquisa documental	<p>Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional</p> <p>Levantamento dos projetos de avaliação institucional.</p> <p>Análise dos relatórios anuais de avaliação institucional.</p> <p>Revisão dos instrumentos de coleta de dados.</p> <p>Descrição das ações de melhoria decorrentes dos processos avaliativos.</p>	CPA Gabinete da Reitoria
2: Desenvolvimento Institucional	1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	Pesquisa documental	<p>Análise, discussão e redação do novo PDI da Instituição (2022-2027)</p> <p>Missão institucional, metas e objetivos do PDI: articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.</p> <p>Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, extensão, pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.</p>	Reitoria
	3: Responsabilidade Social da Instituição	Pesquisa quantitativa	<p>Atualização das políticas para o ensino, para a pesquisa e para a extensão. Subsídios para elaboração no PDI 2022/2027.</p> <p>Descrição dos programas, Projetos, Cursos de Extensão, Eventos e outras atividades de socialização do conhecimento, Prestação de serviços, Jornada da cidadania, Participação em Conselhos, Fóruns e instâncias assemelhadas de atendimento à comunidade acadêmica e sociedade.</p> <p>Síntese de dados dos atendimentos.</p> <p>Coerência entre o PDI e as ações institucionais de assistência Estudantil: relação de bolsas e subsídios aos estudantes, moradia do Estudante.</p> <p>Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural e ao Esporte</p> <p>Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.</p> <p>Coerência entre o PDI e ações afirmativas em defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade Étnico-racial, Direito da Mulher Pessoa com Deficiência, Direito e Participação da Pessoa Idosa, Direito da, Direitos da Criança, do Adolescente e do Jovem.</p> <p>Coerência entre o PDI e ações dos eixos temáticos de atuação a responsabilidade social: inclusão social.</p>	PROEX

			Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.	
4: Políticas de Gestão	5: Políticas de Pessoal	Pesquisa quantitativa Pesquisa documental	Descrição dos documentos relativos à política de pessoal Política de formação e capacitação docente considerando o incentivo à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais: capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.  Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.	DRH
	6: Organização e Gestão da Instituição	Pesquisa qualitativa e documental	Análise do PDI em vigência e estudo para a elaboração do novo PDI  Descrição da estrutura das unidades administrativas da IES e da nova composição das Escolas.  Indicadores de qualidade de atendimento.  Gestão institucional, considerando os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.  Sistema de registro acadêmico, considerando os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.	REITORIA E PRÓ-REITORIAS
	10: Sustentabilidade Financeira	Pesquisa quantitativa e documental	Descrição dos programas de bolsa e financiamentos públicos conquistados pela Universidade.  Caracterização das condições da Filantropia  Análise do balanço financeiro da IES	PRODIN

Fonte: CPA, 2021

**Quadro 3: plano de ação CPA 2021**

<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>CRONOGRAMA/FLUXO</b>
Colaborar com a elaboração do PDI 2017-2021 (revisto e atualizado)	Trabalhar na finalização do texto do PDI e na diagramação final do documento	Fevereiro a julho de 2021
Colaborar com a elaboração no novo PDI – 2022-2027	Discutir a estrutura do novo PDI. Participar dos debates junto aos gestores das Escolas quanto a estrutura e a proposição de metas para o novo PDI. Colaborar com a redação do texto do PDI.	Agosto a dezembro de 2021
Promover a divulgação da CPA	Socializar o Projeto Trienal de Autoavaliação Institucional com os gestores	Agosto de 2021
	Divulgar a CPA para os estudantes por meio do SOL e junto aos Diretórios Acadêmicos	Fluxo contínuo
	Divulgar a CPA no SOL dos professores	Fluxo contínuo
	Publicar ações da CPA nos meios de comunicação da Instituição	Fluxo contínuo
	Participar, quando possível, de reuniões dos gestores das Escolas	Fluxo contínuo
	Propor aos coordenadores de curso a divulgação das melhorias decorrentes desses processos, junto aos professores e estudantes dos diversos cursos.	Fluxo contínuo
Elaborar o Relatório de Avaliação Institucional	Sistematizar os dados do instrumento de avaliação institucional	Janeiro/fevereiro 2022
	Levantar dados das avaliações externas (avaliação in loco e ENADE)	Novembro e dezembro de 2021
	Sistematizar dados da Ouvidoria	Novembro e dezembro de 2021
	Elaborar o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional	Fevereiro 2022
Atualizar as informações da CPA na página institucional	Manter atualizadas as informações da CPA na página da Instituição	Fluxo contínuo
	Publicar o relatório de avaliação institucional 2021	Março de 2022
Promover a avaliação institucional	Rever os instrumentos de avaliação institucional	Abril, maio e junho de 2021
	Divulgar os processos de avaliação institucional nos meios de comunicação com a comunidade acadêmica	junho de 2021
	Aplicar os instrumentos de avaliação institucional	Mai e junho 2021

		Outubro e novembro 2021
	Sistematizar os dados da avaliação	Novembro e dezembro de 2021 Janeiro e fevereiro de 2022
Organizar a documentação da CPA para fins do Recredenciamento Institucional	Estudar, coletivamente, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento e destacar os itens de responsabilidade da CPA	Agosto de 2021
	Organizar pastas de documentos conforme os indicadores	Setembro de 2021
	Elaborar documentos faltantes	agosto e setembro de 2021
Promover avaliação dos diferentes setores da PUC Goiás	Definir os setores a serem avaliados	Agosto de 2021
	Discutir os instrumentos de avaliação a serem aplicados para o pessoal técnico-administrativos.	Setembro e outubro de 2021

Fonte: CPA, Projeto de Autoavaliação Institucional 2021/2022/2023

#### Quadro 4: plano de ação CPA 2022

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA/FLUXO
Elaborar e divulgar o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional – Ano Referência 2021	Sistematizar os dados da autoavaliação desenvolvidos nos diferentes segmentos da Universidade. Elaborar o Relatório e apresentar à gestão superior para postagem no e-mec até março de 2022. Divulgar o Relatório de Autoavaliação Institucional na página da Instituição – link da CPA. Promover reuniões com a equipe da CPA para socializar os dados da autoavaliação. Promover a divulgação da síntese do relatório nos meios de comunicação internos da Universidade.	Janeiro, fevereiro, março e abril 2022
Participar da elaboração do PDI 2022-2026	Sistematizar os dados da avaliação das metas do PDI (2017-2021). Solicitar junto com as respectivas Pró-Reitorias a permanência de metas do PDI (2017-2021) e a proposição de novas metas para o exercício 2022-2026.	Janeiro, fevereiro e março de 2022 setembro a dezembro de 2022

Participar do planejamento das avaliações do MEC/Inep 1. Recredenciamento Institucional da EaD 2. Reconhecimento de cursos	Organizar a documentação relativa à CPA. Promover reuniões com a equipe da CPA e dos cursos que serão avaliados. Participar das reuniões junto aos avaliadores do MEC/Inep. Analisar os relatórios das avaliações externas.	Fluxo contínuo
Promover a divulgação da CPA	Socializar o Projeto Trienal de Autoavaliação Institucional com os gestores	Fluxo contínuo
	Divulgar a CPA para os estudantes por meio do SOL e junto aos Diretórios Acadêmicos	Fluxo contínuo
	Divulgar a CPA no SOL dos professores	Fluxo contínuo
	Publicar ações da CPA nos meios de comunicação da Instituição	Fluxo contínuo
	Participar, quando possível, de reuniões dos gestores das Escolas	Fluxo contínuo
	Propor aos coordenadores de curso a divulgação das melhorias decorrentes desses processos, junto aos professores e estudantes dos diversos cursos.	Fluxo contínuo
Atualizar as informações da CPA na página institucional	Manter atualizadas as informações da CPA na página da Instituição	Fluxo contínuo
	Publicar o relatório de avaliação institucional 2021	Março de 2022
Promover a avaliação institucional	Rever os instrumentos de avaliação institucional – avaliar o processo de autoavaliação	Abril, maio e junho de 2022
	Sistematizar os dados da avaliação	Novembro e dezembro de 2022
Organizar a documentação da CPA para fins do Recredenciamento Institucional - EaD	Estudar, coletivamente, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento e destacar os itens de responsabilidade da CPA	março de 2022
	Organizar pastas de documentos conforme os indicadores	
	Elaborar documentos faltantes	
	Definir os setores a serem avaliados	Fluxo contínuo

Promover avaliação dos diferentes setores da PUC Goiás	Discutir os instrumentos de avaliação a serem aplicados para o pessoal técnico-administrativos.	
--	---	--

Fonte: CPA, Projeto de Autoavaliação Institucional 2021/2022/2023

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2014. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: MEC/INEP, 2004b. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP/DAES/SINAES. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: presencial e a distância – recredenciamento e transformação de organização acadêmica**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP/DAES. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES n. 065, de 9 de outubro de 2014: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Política e Diretrizes do Ensino de Graduação**. Goiânia, PUC Goiás, 2018. (Série Gestão Universitária).

PONTIFÍCIA UNIVESIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Goiânia, PUC Goiás, 2016. (Série Gestão Universitária).